



AValiação de Políticas Públicas de Sistemas Educacionais: Educação Básica

Ivani de Lourdes Marchesi de Oliveira – Unesp
ivanimarchesi@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo expressa o resultado de uma pesquisa documental em andamento, sobre qualidade da Educação Básica do Estado de São Paulo nos últimos quarenta anos, tomando como objeto de estudo a Política Educacional vigente, sob a égide dos dois últimos decretos reestruturadores que delinham meios e fins para as atividades requeridas para desempenho do ensinar e do aprender, os Decretos n. 7510/1976 e n. 57.141/2011. Na Introdução justificamos o estudo do tema motivada pelo precário desempenho de alunos do sistema oficial do Estado de São Paulo, demonstrado pelo Sistema de Avaliação do Rendimento do Estado de São Paulo (SARESP), aplicado desde 1996. Apontamos objetivos como contribuir com reflexões a respeito da qualidade educacional, analisar o assunto além das encontradas análises (demonstradas pelo estudo sobre o estado da arte sobre o tema) a saber: políticas de formação de professores, de autonomia de gestão e docência, objetivamos propor medida de minimização ou superação da dificuldade. Na Introdução também explicitamos o problema ou questão de pesquisa consistido em compreender qual a causa ou quais as causas responsável ou responsáveis pelo aludido fracasso; apontamos fontes de dados obtidos em documentos da própria Secretaria Estadual de Educação Paulista, disponibilizados online, no site da mesma Instituição. Em Metodologia adotamos uma linha multidisciplinar dada a natureza multifacetada e intercambiante de Políticas Públicas e extraímos os dados elaborando as tabelas e a análise das mesmas. Em conclusão, somos de parecer que o fracasso educacional verificado, pode ser imputado a ausência de uma teoria de gestão e ou à reestruturação do Sistema e da própria Secretaria que, alterando funções, mantém a mesma forma determinada pelos referidos decretos organizadores de suas políticas, inviabilizadas pelo tamanho geográfico e populacional de seu universo, constituído de mais de 4 milhões e 500 mil alunos e cerca de 3 mil e 400 professores. Propomos a descentralização da referida Secretaria ou esvaziamento total de suas funções que seriam executadas pelos órgãos subsetoriais, representados pelas Diretorias Regionais de Ensino, tornando a Administração Pública Estadual Educacional mais fiel às peculiaridades de cada uma e menos complexa. Pode ser aplicada como teoria subjacente ao novo modelo descentralizado de gestão, a teoria do caos, ou a adhocracia, no que coubesse, uma vez que o dinamismo de políticas públicas inviabiliza a cristalização em apenas uma linha teórica de gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública; Sistema de Avaliação Externa, Centralização e Descentralização de Políticas Públicas.